



ALEXANDRE DE
MORAES

DIREITO **CONSTITUCIONAL**

34.ª edição

Revista e atualizada até a EC nº 99,
de 14 de dezembro de 2017



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

• Fechamento desta edição: 23.02.2018

- Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil).

Moraes, Alexandre de

Direito constitucional / Alexandre de Moraes. - 34. ed. - São Paulo : Atlas, 2018.

Inclui bibliografia

"Revista e atualizada até a EC n. 99, de 14 de dezembro de 2017"

ISBN 978-85-97-01620-8

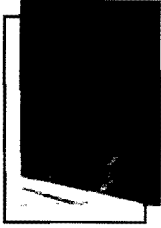
1. Direito constitucional - Brasil. I. Título.

18-47888

CDU: 342(81)

Antonio Rocha Freire Milhomens - Bibliotecário - CRB-7/5917

1.117785



Sumário

1	DIREITO CONSTITUCIONAL	1
1	Constitucionalismo	1
1.1	Estado Constitucional: Estado de Direito e Estado Democrático.....	2
2	Conceito de Constituição.....	6
3	Classificação das constituições.....	7
3.1	Quadro geral.....	7
3.2	Quanto ao conteúdo: constituições materiais, ou substanciais, e formais.....	7
3.3	Quanto à forma: constituições escritas e não escritas	8
3.4	Quanto ao modo de elaboração: constituições dogmáticas e históricas	8
3.5	Quanto à origem: constituições promulgadas (democráticas, populares) e outorgadas.....	9
3.6	Quanto à estabilidade: constituições imutáveis, rígidas, flexíveis e semirrígidas	9
3.7	Quanto à sua extensão e finalidade: constituições analíticas (dirigentes) e sintéticas (negativas, garantias)	10
3.8	Constituição Federal de 1988	10
3.9	Outras classificações.....	10
4	Aplicabilidade das normas constitucionais.....	11
4.1	Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada.....	11
4.2	Normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restringível e relativa complementável ou dependentes de complementação.....	12
4.3	Normas programáticas	13
5	Interpretação das normas constitucionais	13
5.1	Interpretação conforme a Constituição – Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto – A interpretação constitucional e o ativismo judicial (Neoconstitucionalismo e Positivismo) ...	16
6	Preâmbulo constitucional.....	16
7	Fundamentos da República Federativa do Brasil	17
8	Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.....	20

9	Princípios de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil	21
9.1	Asilo político	22
2	PODER CONSTITUINTE	25
1	Conceito e finalidade.....	25
2	Titularidade do Poder Constituinte	25
3	Espécies de Poder Constituinte	26
4	Poder Constituinte originário	26
4.1	Conceito	26
4.2	Formas de expressão do Poder Constituinte originário	26
4.3	Características do Poder Constituinte originário	27
5	Poder Constituinte derivado.....	28
5.1	Conceito e características	28
5.2	Espécies de Poder Constituinte derivado	28
3	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	29
1	Finalidade. Direitos fundamentais como direitos de defesa	29
1.1	Classificação dos direitos fundamentais	29
2	Natureza jurídica das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais.....	31
2.1	Relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos	31
3	Direitos e garantias individuais.....	32
3.1	Diferenciação entre direitos e garantias individuais.....	32
3.2	Direitos fundamentais e garantias institucionais	33
3.3	Direitos fundamentais – classificação	33
4	Destinatários da proteção.....	34
5	Direito à vida	35
6	Princípio da igualdade	36
6.1	Princípio da igualdade e limitação de idade em concurso público	38
6.2	Tratamento isonômico entre homens e mulheres (art. 5º, I)	39
6.2.1	Critérios de admissão para concurso público	40
6.2.2	Critérios para admissão de emprego.....	40
6.2.3	Constitucionalidade da prerrogativa do foro em favor da mulher e sua aplicação tanto para a ação de separação judicial quanto para a de divórcio direto.....	40
6.3	Princípio da igualdade em relação homoafetiva e entidade familiar.....	42
6.4	Princípio da igualdade e ações afirmativas	42
7	Princípio da legalidade.....	43
7.1	Princípios da legalidade e da reserva legal	44
8	Tratamento constitucional da tortura (art. 5º, III e XLIII)	46
9	Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, IV e V)	47

10	Liberdade de consciência, crença religiosa, convicção filosófica ou política e escusa de consciência (art. 5º, VI e VIII)	48
10.1	Liberdade religiosa e Estado laico ou leigo	49
10.2	Escusa de consciência e serviço militar obrigatório.....	50
10.3	Limitações ao livre exercício do culto religioso	51
10.4	Religião e cultura	51
10.5	Assistência religiosa	51
10.6	Ensino religioso de matrícula facultativa	52
11	Indenização por dano material, moral ou à imagem	54
11.1	Direito de resposta ou de réplica.....	55
12	Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX)	56
13	Inviolabilidade à intimidade, vida privada, honra e imagem.....	57
14	Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI)	59
14.1	Questão do dia e da noite	61
14.2	Violação de domicílio por decisão administrativa ou parlamentar. Impossibilidade – cláusula de reserva jurisdicional	62
14.3	Inviolabilidade domiciliar e fisco	63
15	Sigilo de correspondência e de comunicação (art. 5º, XII)	64
15.1	Possibilidade de interceptação telefônica	65
15.2	Lei nº 9.296, de 24-7-1996 – Interceptações telefônicas	67
15.3	Gravação clandestina	72
15.4	Excepcionalidade na utilização dos dados obtidos mediante interceptação telefônica fora das hipóteses restritas de sua decretação: limitação subjetiva (descoberta de novos partícipes), limitações objetivas (“crime-achado” e investigações diversas) e prova emprestada.....	75
16	Inviolabilidade de dados (art. 5º, X e XII): sigilos bancário e fiscal.....	77
16.1	Inviolabilidade constitucional da privacidade e do sigilo de dados... ..	77
16.2	Características básicas das garantias dos sigilos bancário e fiscal	79
16.3	Possibilidade de quebra do sigilo por parte do Ministério Público	83
16.4	Supremo Tribunal Federal: sigilo/Ministério Público.....	84
16.5	Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados como cláusulas pétreas da Constituição Federal	86
16.6	Comissão Parlamentar de Inquérito e sigilo.....	86
17	Direito de reunião (art. 5º, XVI).....	87
17.1	Desnecessidade de autorização da autoridade pública e interferência da polícia	88
17.2	Tutela do direito de reunião.....	89
18	Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI).....	89
18.1	Finalidade lícita	89
18.2	Caráter paramilitar.....	89
18.3	Vedação de interferência estatal	90
18.4	Conteúdo do direito de associação	90

18.5	Dissolução das associações	91
18.6	Representação dos associados	91
19	Apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo Poder Judiciário (art. 5º, XXXV)	91
19.1	Inexistência da jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado	92
19.2	Acesso ao Judiciário e à justiça desportiva	92
19.3	Inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição	93
20	Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI)	94
21	Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII)	96
21.1	Justiças especializadas e tribunais de exceção	97
21.2	Tribunais de ética e tribunais de exceção	97
22	Tribunal do júri (art. 5º, XXXVIII)	97
22.1	Plenitude de defesa	98
22.2	Sigilo de votações	98
22.3	Soberania dos veredictos e possibilidade de apelação	98
22.4	Competência constitucional do Tribunal do Júri	99
23	Extradição (art. 5º, LI e LII)	101
23.1	Hipóteses constitucionais para a extradição	102
23.2	Requisitos infraconstitucionais para a extradição (Lei de Migração – Lei nº 13.445/2017)	104
23.3	Procedimento e decisão	107
23.4	Prisão cautelar por extradição	110
23.5	Atuação do Judiciário na extradição	112
23.6	Extradição, princípio da especialidade e pedido de extensão (extradição supletiva)	112
23.7	Extradição e expulsão	113
23.8	Possibilidade de extradição ou expulsão de pessoa casada com brasileiros ou com filhos brasileiros	116
23.9	Extradição e deportação	117
23.9-A	Extradição e entrega (<i>surrender</i>)	117
23.10	Expulsão e deportação de brasileiros	117
23.11	Necessidade de comutação da pena de prisão perpétua em pena privativa de liberdade com prazo máximo	117
24	Devido processo legal, contraditório, ampla defesa e celeridade processual (art. 5º, LIV, LV e LXXVIII e Lei nº 11.419/2006)	118
24.1	Inquérito policial e contraditório	121
24.2	Celeridade processual e informatização do processo judicial (Lei nº 11.419/2006)	122
25	Provas ilícitas (art. 5º, LVI)	122
25.1	Provas derivadas das provas ilícitas	125
25.2	Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos com a finalidade de defesa das liberdades públicas fundamentais (legítima defesa) ...	128

25.3	Princípios da publicidade e moralidade administrativa e provas ilícitas	130
26	Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII)	132
27	Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX)	133
28	Prisão civil	134
29	Rol exemplificativo	136
30	Direitos fundamentais, tratados internacionais e novos instrumentos de efetivação dos direitos humanos fundamentais	137
4	TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES	141
1	<i>Habeas corpus</i>	141
1.1	Origem	141
1.2	Conceito e finalidade	142
1.3	Natureza jurídica	145
1.4	Garantia constitucional da liberdade de locomoção	145
1.5	Legitimidade ativa	146
1.6	Legitimidade passiva	149
1.7	Hipóteses e espécies	149
1.7.1	<i>Habeas corpus</i> preventivo (salvo-conduto)	149
1.7.2	<i>Habeas corpus</i> liberatório ou repressivo	149
1.7.3	Liminar em <i>habeas corpus</i>	149
1.8	Possibilidade de supressão	150
1.9	<i>Habeas corpus</i> e assistente	150
1.10	Excesso de prazo	151
1.11	<i>Habeas corpus</i> impetrado contra coação ilegal atribuída à Turma do Supremo Tribunal Federal	151
1.12	<i>Habeas corpus</i> contra ato único ou colegiado de Tribunais Regionais Federais ou Estaduais	152
1.13	<i>Habeas corpus</i> contra ato ilegal imputado a promotor de justiça	154
1.14	<i>Habeas corpus</i> contra ato da Turma Recursal nos Juizados Especiais Criminais	155
1.15	<i>Habeas corpus</i> contra ato do juiz especial nos Juizados Especiais Criminais	156
1.16	<i>Habeas corpus</i> e recursos ordinários – concomitância	156
1.17	<i>Habeas corpus</i> – substituição de recurso ordinário constitucional prevista para denegação da ordem – viabilidade	157
1.18	<i>Habeas corpus</i> e punições disciplinares militares	157
1.19	Empate no <i>habeas corpus</i>	158
1.20	Tutela da liberdade de locomoção – <i>habeas corpus</i> – recurso ordinário constitucional STJ	159
2	<i>Habeas data</i>	159
2.1	Conceito	159
2.2	Natureza jurídica	160

2.3	Finalidade	160
2.4	Cabimento	161
2.5	Legitimação ativa	162
2.6	Legitimação passiva	163
2.7	Procedimento (Lei nº 9.507/97)	164
2.8	Direito ao conhecimento e à retificação	166
2.9	Competência	167
2.10	<i>Habeas data</i> e dados sigilosos	168
3	Mandado de segurança	170
3.1	Conceito e finalidade	170
3.2	Espécies	171
3.3	Natureza jurídica	171
3.4	Cabimento do mandado de segurança	171
3.5	Conceito de direito líquido e certo	174
3.6	Legitimação ativa – impetrante	174
3.7	Legitimação passiva – impetrado	175
3.8	Prazo para impetração do mandado de segurança	177
3.9	Competência	179
3.10	Competência do mandado de segurança contra atos e omissões de tribunais	179
3.11	Mandado de segurança individual e coletivo e liminares	180
3.12	Tutela dos direitos líquidos e certos – mandado de segurança – recurso ordinário constitucional STJ	182
4	Mandado de segurança coletivo	182
4.1	Conceito	182
4.2	Finalidade	182
4.3	Objeto	183
4.4	Legitimação ativa e passiva	184
4.5	Beneficiários	187
4.6	Mandado de segurança coletivo e individual	188
5	Mandado de injunção (Lei nº 13.300/2016)	188
5.1	Histórico	188
5.2	Conceito	189
5.3	Objeto do mandado de injunção	189
5.4	Requisitos	191
5.5	Legitimidade ativa	191
5.6	Legitimidade passiva	192
5.7	Procedimento	193
5.8	Competência	193
5.9	Decisão e efeitos do mandado de injunção	194
6	Direito de certidão	202
7	Direito de petição	203

7.1	Histórico e conceito.....	203
7.2	Natureza	203
7.3	Legitimidade ativa e passiva	204
7.4	Finalidade.....	204
8	Ação popular.....	205
8.1	Conceito	205
8.2	Finalidade.....	205
8.3	Requisitos	205
8.4	Objeto	206
8.5	Legitimação ativa	206
8.6	Legitimação passiva	208
8.7	Natureza da decisão	208
8.8	Competência	208
8.9	Sentença e coisa julgada.....	209
9	Texto integral dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988	209
5	DIREITOS SOCIAIS.....	215
1	Conceito e abrangência	215
2	Direito à segurança no emprego	216
3	Rol dos direitos sociais	217
4	Liberdade de associação profissional ou sindical	221
4.1	Conceituação	221
4.2	Classificação dos direitos sindicais	222
4.3	Contribuições confederativa e sindical – diferenças e exigibilidade..	224
5	Direito de greve	225
6	DIREITO DE NACIONALIDADE	229
1	Conceito	229
2	Definições relacionadas à matéria.....	229
3	Espécies de nacionalidade	230
4	Brasileiros natos.....	231
4.1	Critérios de atribuição de nacionalidade originária	231
5	Hipóteses de aquisição originária	231
5.1	Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país	232
5.2	Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil	233
5.3	Nacionalidade potestativa: os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade (EC nº 54/07), pela nacionalidade brasileira	233
5.4	Opção	234

5.5	Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente (<i>ius sanguinis</i> + registro – EC nº 54/07)	236
6	Brasileiro naturalizado.....	238
6.1	Espécies de naturalização.....	238
6.1.1	Naturalização tácita ou grande naturalização.....	238
6.1.2	Naturalização expressa.....	239
6.2	Radicação precoce e curso superior	242
7	Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado.....	243
7.1	Brasileiro nato e naturalizado – diferenças.....	244
7.2	Cargos.....	244
7.3	Função.....	245
7.4	Extradição.....	246
7.5	Direito de propriedade/manifestação de pensamento/informação ...	246
8	Perda do direito de nacionalidade.....	247
8.1	Ação de cancelamento de naturalização.....	247
8.2	Naturalização voluntária	248
8.2.1	Regra constitucional.....	248
8.2.2	Exceções constitucionais.....	249
7	DIREITOS POLÍTICOS	251
1	Conceito	251
2	Direitos políticos	251
3	Núcleo dos direitos políticos – direito de sufrágio.....	252
3.1	Conceituação	252
3.2	Classificação.....	253
4	Capacidade eleitoral ativa	254
5	Direito de voto	255
5.1	Natureza do voto	255
5.2	Caracteres do voto.....	255
6	Plebiscito e referendo: exercício do direito de voto.....	257
7	Elegibilidade.....	258
7.1	Conceito	258
7.2	Condições	258
8	Direitos políticos negativos.....	261
8.1	Conceito	261
8.2	Inelegibilidades.....	261
8.3	Quadro de inelegibilidades.....	262
8.4	Inelegibilidade absoluta	262
8.5	Inelegibilidade relativa.....	263
8.5.1	Por motivos funcionais.....	263
8.5.2	Por motivos de casamento, parentesco ou afinidade	275
8.5.2.1	Inelegibilidade reflexa e renúncia do detentor de mandato executivo.....	278

8.5.3	Militar	280
8.5.4	Previsões de ordem legal.....	281
9	Privação dos direitos políticos	282
9.1	Perda	283
9.1.1	Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º)	283
9.1.2	Escusa de consciência	283
9.1.3	Outros casos de perda.....	285
9.2	Suspensão.....	285
9.2.1	Incapacidade civil absoluta	285
9.2.2	Condenação criminal com trânsito em julgado enquanto durarem seus efeitos.....	285
9.2.3	Improbidade administrativa.....	291
10	Partidos políticos	292
10.1	Princípio da anualidade eleitoral e fim da verticalização	297
11	Língua e símbolos oficiais	299
8	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	301
1	Regras de organização	301
1.1	Adoção da federação	301
1.2	Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo.....	303
1.3	Capital Federal.....	303
1.4	União.....	304
1.5	Estados-membros	305
1.5.1	Autonomia estadual.....	305
1.5.2	Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões	310
1.6	Municípios	311
1.6.1	Lei orgânica municipal.....	311
1.6.2	Prefeito municipal – responsabilidade criminal e política... ..	317
1.6.3	Vereadores – imunidade material.....	321
1.7	Distrito Federal	322
1.8	Territórios.....	323
1.9	Formação dos Estados	324
1.9.1	Fusão (incorporação entre si)	325
1.9.2	Subdivisão.....	325
1.9.3	Desmembramento	326
1.10	Formação de municípios.....	326
1.11	Vedações constitucionais de natureza federativa	328
2	Repartição de competências	330
2.1	Conceito	330

2.2	Princípio básico para a distribuição de competências – predominância do interesse.....	330
2.3	Repartição em matéria administrativa	331
2.3.1	Quadro geral	331
2.3.2	Competências administrativas da União	332
2.3.3	Competências administrativas dos Estados-membros	333
2.3.4	Competências administrativas dos municípios.....	334
2.3.5	Competências administrativas do Distrito Federal	334
2.3.6	Competência administrativa comum	334
2.4	Repartição em matéria legislativa	335
2.4.1	Quadro geral de repartição de competência legislativa	335
3	Intervenção.....	348
3.1	Parte geral	348
3.2	Intervenção federal	349
3.2.1	Quadro geral	349
3.2.2	Hipóteses	350
3.2.3	Procedimento de intervenção federal	350
3.3	Intervenção estadual nos municípios	353
9	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	355
1	Conceito	355
2	Princípios constitucionais da administração pública.....	356
2.1	Princípio da legalidade	356
2.2	Princípio da impessoalidade	356
2.3	Princípio da moralidade	357
2.4	Princípio da publicidade	359
2.5	Princípio da eficiência	359
2.5.1	Introdução	359
2.5.2	Princípio da eficiência e direito comparado	360
2.5.3	Conceito.....	361
2.5.4	Características do princípio da eficiência.....	363
2.5.5	Aplicabilidade e fiscalização	367
3	Preceitos de observância obrigatória à administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.....	368
3.1	Fixação do teto salarial do funcionalismo.....	374
3.2	Aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros e servidores do Poder Judiciário	376
4	Concurso público	378
5	Direitos sociais dos servidores públicos civis (livre associação sindical e greve)	383
6	Servidor público e data-base – princípio da periodicidade.....	387
7	Cumulação de vencimentos no setor público	389
8	Licitação: interpretação de acordo com a finalidade constitucional.....	393

8.1	Da necessidade da licitação	393
8.2	Das hipóteses excepcionais de ausência de licitação	394
8.3	Da dispensa da licitação	395
8.4	Da inexigibilidade da licitação	395
8.5	Conclusão	396
9	Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos	396
10	Improbidade administrativa	399
11	Ação civil pública por ato de improbidade.....	402
12	Responsabilidade civil objetiva do Poder Público	405
12.1	Responsabilidade civil do Poder Público por danos causados a alunos no recinto de estabelecimento oficial de ensino	407
13	Servidor público e mandato eletivo.....	408
14	Sistema remuneratório do servidor público	408
15	Regra geral de aposentadoria do servidor público civil.....	411
15.1	Fixação e atualização dos proventos de aposentadoria (ECs nºs 41/03 e 47/05)	414
15.2	Pensão por morte de servidor público	416
15.3	Regra de transição de aposentadoria voluntária proporcional	419
15.3.1	Regra de transição e magistrados, membros do Ministério Público e Tribunal de Contas.....	420
15.3.2	Regra de transição para professor	421
15.4	Regime de previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	421
15.5	Servidores públicos e contribuição previdenciária.....	422
15.6	Quadro geral sobre previdência dos servidores públicos civis	424
15.7	Emenda Constitucional nº 41/03 e o respeito aos direitos adquiridos	425
15.8	Previdência Social e direitos adquiridos	426
16	Estabilidade do servidor público civil.....	427
17	Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	429
18	Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e cargo público civil....	430
18.1	Cargo público civil permanente	430
18.2	Cargo, emprego ou função pública temporária	431
19	Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e direitos sociais.....	431
20	Emendas Constitucionais nºs 19/98, 41/03 e 47/05, teto salarial e respeito aos direitos adquiridos	432
10	ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO	441
1	1 Separação das funções estatais – limitação do poder e garantia dos direitos fundamentais.....	441
1.1	1.1 Introdução	441
1.2	1.2 Funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade.....	442

1.3	Funções estatais: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público.....	445
1.4	Conclusão inicial.....	446
2	Poder Legislativo.....	447
2.1	Funções.....	447
2.2	Congresso Nacional.....	447
2.3	Câmara dos Deputados.....	451
2.3.1	Suplência e permanência no partido.....	453
2.4	Senado Federal.....	454
2.4.1	Suplência e permanência no partido.....	456
2.5	Função típica – fiscalização. Comissões Parlamentares de Inquérito....	457
2.5.1	Limitações constitucionais às Comissões Parlamentares de Inquérito.....	459
2.6	Tribunal de Contas.....	468
2.6.1	Conceito, funções e finalidades.....	468
2.6.2	Tribunal de Contas – escolha pelo Presidente da República (1/3).....	471
2.6.3	Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais.....	471
2.6.4	Tribunal de Contas e rejeição de contas do Chefe do Poder Executivo.....	474
2.7	Estatuto dos congressistas.....	474
2.7.1	Introdução.....	474
2.7.2	Finalidade democrática.....	475
2.7.3	Histórico.....	476
2.7.4	Conceito de imunidades.....	479
2.7.5	Imunidades materiais.....	480
2.7.6	Imunidade formal – definição histórica.....	484
2.7.7	Imunidade formal em relação à prisão e à imposição das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.....	486
2.7.8	Imunidade formal em relação ao processo nos crimes praticados após a diplomação.....	488
2.7.9	Prerrogativa de foro em razão da função.....	494
2.7.10	Vencimentos dos parlamentares.....	497
2.7.11	Deputados Federais/Senadores da República e Forças Armadas.....	498
2.7.12	Parlamentar e obrigação de testemunhar.....	498
2.7.13	Irrenunciabilidade das imunidades.....	498
2.7.14	Imunidades e parlamentar licenciado para exercício de cargo executivo (Ministro de Estado, Secretário de Estado)....	498
2.7.15	Incompatibilidades.....	499
2.7.16	Perda do mandato.....	500
2.7.17	Conclusão.....	506

3	Poder Executivo	508
3.1	Estrutura do Poder Executivo.....	511
3.1.1	Chefe de Estado e Chefe de Governo	511
3.1.2	Modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República	511
3.1.3	Vacância da Presidência da República	515
3.1.4	Atribuições do Presidente da República.....	517
3.1.5	Vice-presidente da República.....	519
3.1.6	Órgãos auxiliares do Presidente da República. Ministros. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional	521
3.2	Responsabilidade do Presidente da República: prerrogativas e imunidades do Presidente da República	524
3.2.1	Crimes de responsabilidade	525
3.2.2	Crimes comuns.....	537
4	Poder Judiciário.....	543
4.1	Conceito	543
4.2	Quadro de organização estrutural	545
4.3	Funções típicas e atípicas.....	546
4.4	Garantias do Poder Judiciário.....	546
4.4.1	Garantias institucionais	548
4.4.2	Garantias aos membros.....	551
4.4.3	Independência do Poder Judiciário e controle externo.....	555
4.4.4	Supremo Tribunal Federal e controle externo do Poder Judiciário.....	557
4.4.5	Conselho Nacional de Justiça	559
4.5	Organização do Poder Judiciário	582
4.5.1	Fixação de subsídios do Poder Judiciário.....	584
4.5.2	Requisitos para ingresso na carreira da magistratura	585
4.5.3	Aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.....	586
4.5.4	Órgão especial dos tribunais – competências e critérios para a composição e eleição.....	587
4.5.5	Vedação constitucional às férias coletivas nos juízos e Tribunais de 2º grau e regulamentação do expediente forense no período natalino e na prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão permanente.....	591
4.6	Escolha dos membros dos Tribunais Superiores.....	593
4.6.1	Supremo Tribunal Federal (art. 101 da CF)	593
4.6.2	Superior Tribunal de Justiça (art. 104 da CF)	595
4.6.3	Tribunal Superior Eleitoral (art. 118 da CF)	597
4.6.4	Tribunal Superior do Trabalho (art. 111-A da CF)	597
4.6.5	Superior Tribunal Militar (art. 123 da CF).....	598
4.7	Distribuição de competências jurisdicionais	599

4.7.1	Supremo Tribunal Federal	599
4.7.2	Superior Tribunal de Justiça	611
4.7.3	Justiça do Trabalho.....	616
4.7.4	Justiça Eleitoral.....	619
4.7.5	Justiça Militar	620
4.7.6	Justiça Federal	620
4.7.7	Justiça Estadual.....	623
4.7.8	Composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: regra do “quinto constitucional”	624
4.8	Quadro de competência para julgamento de autoridades da República (os artigos referem-se à Constituição Federal)	627
4.9	Recurso extraordinário e repercussão geral das questões constitucionais (Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 2015) e, Lei nº 13.256 de 2016).....	632
4.9.1	Recurso Extraordinário.....	632
4.9.2	Requisitos constitucionais para o Recurso Extraordinário ..	633
4.9.3	Emenda Constitucional nº 45/04 e repercussão geral	634
4.9.4	Recurso extraordinário e repercussão geral (Lei nº 11.418/2006)	637
4.9.5	Repercussão geral e Regimento do STF	640
4.9.6	Repercussão geral e multiplicidade de recursos extraordinários.....	641
5	Ministério Público	643
5.1	Histórico	643
5.2	Origem e desenvolvimento no Brasil	644
5.3	Posicionamento constitucional	649
5.4	Conceito	650
5.5	Princípios do Ministério Público	651
5.5.1	Unidade	652
5.5.2	Indivisibilidade	652
5.5.3	Princípio da independência ou autonomia funcional	652
5.5.4	Princípio do promotor natural.....	653
5.6	Funções.....	654
5.7	Ministério Público e poder de investigação.....	657
5.8	Ministério Público e legitimidade para defesa do patrimônio público e zelo dos direitos constitucionais do cidadão	660
5.9	Garantias do Ministério Público	662
5.9.1	Garantias da instituição	663
5.9.2	Garantias dos membros	668
5.10	Vedação ao exercício da política partidária	671
5.11	Vedação ao exercício de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério	672

5.12	Da impossibilidade de supressão ou alteração das funções, garantias e prerrogativas constitucionais do Ministério Público	674
5.13	EC nº 45/04 e Conselho Nacional do Ministério Público	679
5.14	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	684
6	Advocacia Pública	686
7	Advocacia	686
7.1	Indispensabilidade do advogado.....	687
7.2	Imunidade do advogado	688
8	Defensoria Pública	689
11	PROCESSO LEGISLATIVO.....	693
1	Conceito	693
2	Noções gerais.....	695
2.1	Conceitos iniciais	695
2.2	Processos legislativos	696
2.2.1	Classificação em relação às formas de organização política	696
2.2.2	Classificação em relação à sequência das fases procedimentais.....	696
3	Processo legislativo ordinário.....	697
3.1	Fase introdutória.....	697
3.1.1	Iniciativa de lei do Poder Judiciário	698
3.1.2	Iniciativa privativa do Presidente da República – art. 61	699
3.1.3	Emenda que aumenta a despesa em projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo ou que desnature o projeto original.....	700
3.1.4	Vício de iniciativa e sanção	701
3.1.5	Iniciativa de lei do Ministério Público.....	702
3.1.6	Iniciativa popular de lei	703
3.1.7	Iniciativa de lei para fixação de subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial).....	703
3.2	Fase constitutiva	704
3.2.1	Deliberação parlamentar	705
3.2.2	Deliberação executiva.....	709
3.3	Fase complementar	712
3.3.1	Promulgação	712
3.3.2	Publicação.....	712
4	Espécies normativas.....	713
4.1	Emendas constitucionais	713
4.1.1	Quadro geral sobre limitações ao poder reformador	715
4.1.2	Limitações expressas	715
4.1.3	Limitações implícitas	718
4.2	Lei complementar.....	719
4.2.1	Lei complementar e lei ordinária – diferenças.....	719

4.2.2	Processo legislativo especial da lei complementar.....	720
4.2.3	Hierarquia – lei complementar e lei ordinária.....	720
4.3	Medidas provisórias	722
4.3.1	Procedimento da medida provisória – aprovação integral ...	723
4.3.2	Aprovação da medida provisória pelo Congresso Nacional com alterações.....	727
4.3.3	Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	727
4.3.4	Rejeição tácita da medida provisória não deliberada no prazo de 60 dias pelo Congresso Nacional	729
4.3.5	Impossibilidade de o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada	730
4.3.6	Medida provisória e lei anterior que trate do mesmo assunto	730
4.3.7	Efeitos e disciplina no caso de rejeição da medida provisória	730
4.3.8	Medidas provisórias e controle de constitucionalidade	731
4.3.9	Estados-membros e municípios – possibilidade de edição de medidas provisórias.....	734
4.3.10	Medida provisória e decreto-lei.....	736
4.3.11	Limites materiais à edição de medidas provisórias.....	737
4.4	Lei delegada.....	742
4.4.1	Natureza jurídica.....	742
4.4.2	Processo legislativo especial da lei delegada.....	742
4.4.3	O poder do Congresso Nacional de sustar a lei delegada	744
4.5	Decreto legislativo.....	744
4.5.1	Conceito.....	744
4.5.2	Processo legislativo especial previsto para a elaboração do decreto legislativo	744
4.5.3	Tratados e atos internacionais e incorporação com <i>status</i> ordinário ou constitucional (direitos humanos).....	745
4.6	Resolução	749
4.6.1	Conceito.....	749
4.6.2	Espécies	749
4.6.3	Processo legislativo especial para a elaboração das resoluções.....	749
4.7	Leis orçamentárias	750
4.7.1	Processo legislativo especial para as leis relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais.....	751
4.7.2	Possibilidade de apresentação de emendas aos projetos de leis orçamentárias	752
4.7.3	Rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei orçamentária	753

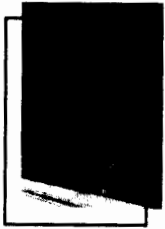
12	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	755
1	Ideia central.....	755
2	Conceito	757
3	Pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas	757
3.1	Requisitos formais	757
3.1.1	Subjetivos.....	757
3.1.2	Objetivos.....	758
3.2	Requisitos substanciais ou materiais	758
4	O descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo Poder Executivo	758
5	Espécies de controle de constitucionalidade.....	759
5.1	Em relação ao momento de realização	759
5.2	Controle repressivo em relação ao órgão controlador	759
5.2.1	Político.....	759
5.2.2	Judiciário ou jurídico.....	760
5.2.3	Misto.....	760
5.3	Modelos clássicos de controle de constitucionalidade.....	760
5.4	Controle de constitucionalidade no Brasil	763
6	Controle preventivo	763
6.1	Comissões de constituição e justiça	764
6.2	Veto jurídico.....	764
7	Controle repressivo de constitucionalidade.....	764
8	Controle repressivo realizado pelo Poder Legislativo	765
8.1	Art. 49, V, da Constituição Federal	765
8.2	Art. 62 da Constituição Federal.....	765
9	Controle repressivo realizado pelo Poder Judiciário	766
9.1	Difuso ou aberto.....	766
9.1.1	Questão do art. 97 – cláusula de reserva de plenário	769
9.1.2	Controle difuso e Senado Federal (art. 52, X, CF)	770
9.1.3	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle difuso.....	773
9.1.4	Controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública	774
9.1.5	Controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo.....	777
9.1.6	Supremo Tribunal Federal e controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo	779
9.2	Controle concentrado ou via de ação direta.....	781
10	Ação direta de inconstitucionalidade genérica	782
10.1	Competência	783
10.2	Objeto.....	783
10.2.1	Conceito de leis e atos normativos.....	784

10.2.2	Impossibilidade do controle de constitucionalidade das normas originárias	787
10.2.3	Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal ou estadual em face das Constituições Estaduais	787
10.2.4	Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal	788
10.2.5	Controle concentrado de lei ou ato normativo distrital em face da Constituição Federal	789
10.2.6	Controle concentrado de lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal	789
10.2.7	Controle concentrado e respeito à legalidade	790
10.2.8	Tratados internacionais e controle de constitucionalidade	790
10.2.9	Controle de constitucionalidade e decretos	792
10.3	Legitimação	793
10.3.1	ADIn e pertinência temática	794
10.3.2	ADIn e entidades de classe ou confederações sindicais	795
10.3.3	Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	795
10.3.4	Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	796
10.4	Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade	797
10.5	Pedido de cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade	798
10.6	Ação direta de inconstitucionalidade e prazo decadencial	801
10.7	Advogado-Geral da União	801
10.8	Procedimento e decisão	802
10.8-A	<i>Amicus curiae</i> e democratização do controle concentrado de constitucionalidade	805
10.8-B	Julgamento e decisão	809
10.9	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle concentrado	810
10.9-A	Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade	811
10.9-B	Efeitos repristinatórios	819
10.9-B.1	Interpretação conforme a Constituição	821
10.9-B.2	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto	823
10.9-B.3	A interpretação constitucional e o ativismo judicial	824
10.9-B.4	Reclamações e garantia da eficácia das decisões do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade	826
11	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	828
12	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO)	830
12.1	Finalidade	830
12.2	Objeto	830
12.3	Inconstitucionalidade por omissão	830
12.3.1	Legitimidade e procedimento	831

12.4	Decisão do Supremo Tribunal Federal.....	832
12.5	ADI por omissão (ADO) e medida liminar	833
13	Ação declaratória de constitucionalidade.....	834
13.1	Previsão	834
13.2	Finalidade	835
13.3	Legitimidade.....	835
13.4	Objeto.....	836
13.5	Procedimento e julgamento	837
13.6	Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal.....	841
14	Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	842
14.1	Arguição de descumprimento de preceito fundamental preventiva e repressiva.....	847
14.2	Arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação.....	848
15	Súmulas vinculantes (Lei nº 11.417/2006).....	851
13	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	865
1	Estado de defesa e Estado de sítio.....	865
1.1	Quadro comparativo: Estado de defesa e Estado de sítio.....	866
2	Forças armadas	868
3	Segurança pública.....	870
3.1	Vedação absoluta ao exercício do direito de greve aos servidores públicos integrantes das carreiras de segurança pública	873
14	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	877
1	Dos princípios gerais da atividade econômica	878
2	Intervenção do Estado no domínio econômico	880
2.1	Utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais	881
3	Da política urbana.....	882
3.1	Competência para estabelecimento de políticas de desenvolvimento urbano	882
3.2	Usucapião constitucional de área urbana	882
4	Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.....	882
4.1	Preceitos da política agrícola	882
4.2	Destinação das terras públicas e devolutas.....	883
4.3	Reforma agrária.....	884
4.4	Usucapião constitucional de área rural	885
5	Do sistema financeiro nacional	885
5.1	Emenda Constitucional nº 40/03	885
5.2	Regulamentação por leis complementares e revogação da previsão da taxa anual de juros de 12%	886

15	ORDEM SOCIAL	889
1	Seguridade social	889
1.1	Parte geral	889
1.1.1	Conceito	889
1.1.2	Objetivos	890
1.2	Saúde	891
1.2.1	Conceito	891
1.2.2	Diretrizes e preceitos constitucionais relacionados à saúde... ..	891
1.2.3	Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde	892
1.2.4	Promoção da saúde pública e combate a endemias	892
1.3	Previdência social	893
1.3.1	Plano de previdência social	893
1.3.2	Regras sobre aposentadoria	894
1.3.3	Regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional	895
1.3.4	Regra de transição para professor	896
1.3.5	Regime de previdência privada de caráter complementar	896
1.4	Assistência social	897
2	Educação, cultura e desporto	898
2.1	Educação	898
2.1.1	Conceito	898
2.1.2	Princípios constitucionais do ensino	899
2.1.3	Objetivos constitucionais da educação (art. 214 da CF)	901
2.1.4	Universidades	901
2.1.5	Preceitos constitucionais sobre a educação	901
2.1.6	Organização dos sistemas de ensino	902
2.1.7	Aplicação obrigatória de recursos à educação	903
2.2	Cultura	903
2.3	Desporto	905
2.3.1	Preceitos constitucionais	905
2.3.2	Justiça desportiva	906
3	Ciência e tecnologia	906
4	Comunicação social	906
4.1	Comunicação social e liberdade de informação	909
4.2	Garantia constitucional do sigilo da fonte	910
5	Meio ambiente	910
5.1	Constituição e proteção ao meio ambiente	910
5.2	Regras constitucionais específicas sobre meio ambiente	915
6	Família, criança, adolescente, jovem e idoso	917
6.1	Conceituação	917
6.2	Regras de regência das relações familiares	918
6.2.1	Princípio da paternidade responsável e exame do DNA	920

6.3	Tutela das crianças e dos adolescentes	920
6.4	Tutela aos idosos	921
6.4.1	Constituição Federal e Estatuto do Idoso	921
6.4.2	Saúde do idoso e cidadania	922
6.4.3	Estatuto do Idoso e fiscalização às entidades de atendimento aos idosos	924
6.4.4	Idoso e transporte público	924
7	Índios	926
16	SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	929
1	Conceito	929
2	Competências tributárias	931
3	Espécies de tributos	932
3.1	Impostos	933
3.2	Taxas	934
3.3	Contribuições de melhoria	936
3.4	Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas	937
3.5	Empréstimo compulsório	938
4	Competência residual tributária	939
5	Imposto extraordinário	940
6	Divisão dos tributos em espécie pelos entes federativos	940
7	Repartição das receitas tributárias pelos entes federativos	942
8	Regras constitucionais para repartição das receitas tributárias	943
9	Limitações do poder de tributar	946
9.1	Princípio da reserva legal tributária ou da legalidade estrita	947
9.2	Princípio da igualdade tributária	948
9.3	Princípio da irretroatividade da lei tributária	948
9.4	Princípio da anterioridade tributária	948
9.5	Princípio da anterioridade mitigada ou nonagesimal	950
9.6	Princípio da vedação ao confisco	952
9.7	Princípio da ilimitabilidade do tráfego de pessoas ou de bens	953
9.8	Princípio da capacidade contributiva	953
9.9	Princípio da razoabilidade	953
9.10	Princípio da uniformidade	954
10	Imunidades tributárias e limitações do poder de tributar	954
11	Isenções tributárias	958
	BIBLIOGRAFIA	961
	ÍNDICE REMISSIVO	977



Índice Remissivo

- A**
- Ação civil pública por ato de improbidade, 402
 - Ação de cancelamento de naturalização, 247
 - Ação declaratória de constitucionalidade, 834
 - decisão do STF, 841
 - finalidade, 835
 - legitimidade, 835
 - objeto, 836
 - previsão, 834
 - procedimento e julgamento, 837
 - Ação de inconstitucionalidade por omissão, 830
 - Ação direta de inconstitucionalidade
 - finalidade, 797
 - genérica, 782
 - interventiva, 828
 - legitimação, 793
 - pedido de cautelar, 798
 - prazo decadencial, 801
 - procedimento, 802
 - Ação penal privada subsidiária, 133
 - Ação popular, 205
 - competência, 208
 - conceito, 205
 - finalidade, 205
 - legitimação ativa, 206
 - legitimação passiva, 208
 - natureza da decisão, 208
 - objeto, 206
 - requisitos, 205
 - sentença e coisa julgada, 209
 - Administração pública, 355
 - ação civil pública, 402
 - conceito, 355
 - concurso público, 378
 - cumulação de vencimentos, 389
 - direitos sociais dos servidores públicos civis, 383
 - estabilidade do servidor público civil, 427
 - improbidade administrativa, 402
 - licitação, 393
 - militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, 429
 - preceitos de observância obrigatória, 368
 - princípio da impessoalidade, 357
 - princípio da legalidade, 356
 - princípio da moralidade, 357
 - princípios constitucionais, 356
 - regra geral de aposentadoria do servidor público civil, 411
 - servidor público e data-base, 387
 - servidor público e mandato eletivo, 408
 - sistema remuneratório do servidor público, 408
 - Admissão de emprego, 40
 - Adoção, 919
 - Adoção da federação, 301
 - Advocacia, 686
 - Advocacia pública, 686
 - Advogado-Geral da União, 801
 - Alistabilidade, 252
 - Ampla defesa, 118
 - Aposentadoria
 - do servidor público civil, 411
 - fixação e atualização dos proventos, 414
 - invalidez permanente, 411
 - regras, 894

- voluntária integral e proporcional, regra de transição, 895
 - voluntariamente, 412
 - voluntária proporcional, 419
 - Apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo poder judiciário, 91
 - Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 842
 - por equiparação, 848
 - preventiva, 847
 - repressiva, 847
 - Assembleia Nacional Constituinte, 27
 - Assistência religiosa, 51
 - Assistência social, 897
 - Associações
 - direito, 89
 - dissolução, 91
 - representação dos associados, 91
 - Atividade sindical na empresa, 223
 - Ato jurídico perfeito, 94
 - Atos normativos, 784
 - Ausência de licitação, 394
 - Autoadministração, 310
 - Autodeterminação dos povos, 22
 - Autogoverno, 306
- B**
- Brasileiro
 - expulsão e deportação, 117
 - nato e naturalizado, tratamento diferenciado, 243
 - naturalizado, 238
- C**
- Câmara dos Deputados, 451
 - Capacidade eleitoral ativa, 254
 - Capital Federal, 303
 - Cargo, emprego ou função pública temporária, 431
 - Cargo público civil permanente, 430
 - Censura prévia, 57
 - Chefe de Estado e Chefe de Governo, 511
 - Cidadania, 18
 - Cidadão, 230
 - Ciência e tecnologia, 906
 - Classificação das constituições, 7
 - escrita, 8
 - material, 7
 - Classificação dos direitos fundamentais, 29
 - Cláusula de reserva jurisdicional, 62
 - Coisa julgada, 94
 - Comando supremo das Forças Armadas, 517
 - Comissão Parlamentar de Inquérito e sigilo, 86
 - Comissões de Constituição e Justiça, 764
 - Comissões Parlamentares de Inquérito, 457
 - Comissões Parlamentares de Inquérito, 459
 - Competência administrativa comum, 334
 - Competência complementar, 341
 - Competência concorrente não cumulativa, 341
 - Competência concorrente União/Estado/Distrito Federal, 340
 - Competência constitucional do Tribunal de Júri, 99
 - Competência exclusiva e suplementar do município, 344
 - Competência por delegação da União, 343
 - Competência privativa da União, 336
 - Competência remanescente (reservada) do Estado, 343
 - Competência reservada do Distrito Federal, 347
 - Competências administrativas do Distrito Federal, 334
 - Competências administrativas dos Estados-membros, 333
 - Competências administrativas dos municípios, 334
 - Comunicação social, 906
 - Comutação da pena de prisão perpétua, 117
 - Concessão de asilo político, 22
 - Concordância prática ou da harmonização, 15
 - Concurso público, 378
 - Condenação criminal, 285
 - Condições de elegibilidade, 259
 - Congresso Nacional, 447
 - Conselho da República, 521
 - Conselho de Defesa Nacional, 521
 - Constitucionalismo
 - constitucionalismo, 1
 - Constituição
 - área de abrangência, 6
 - conceito de constituição, 6
 - conceito ideal, 7

- plástica, 14
 - preâmbulo constitucional, 16
 - Constituição Federal de 1988, 10, 29
 - Contradição dos princípios, 32
 - Contraditório, 121
 - e inquérito policial, 121
 - Controle concentrado, 781
 - Controle de constitucionalidade, 755
 - ação direta de inconstitucionalidade genérica, 782
 - conceito, 757
 - controle preventivo, 763
 - controle repressivo realizado pelo poder judiciário, 766
 - controle repressivo realizado pelo poder legislativo, 765
 - espécies, 759
 - ideia central, 755
 - modelos clássicos, 760
 - pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas, 757
 - Controle preventivo, 763
 - Controle repressivo, 759
 - Controle repressivo de constitucionalidade, 764
 - Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos, 128
 - Convenção, 27
 - Convenção Europeia de Direitos Humanos, 35
 - Convicção filosófica ou política e escusa de consciência, 48
 - Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, 22
 - Crença religiosa, 48
 - inviolabilidade, 49
 - Cultura, 903
 - Cumulação de vencimentos no setor público, 389
- D**
- Da dispensa da licitação, 395
 - Da impossibilidade de supressão ou alteração das funções, 674
 - Declaração de Pensilvânia, 87
 - Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, 32
 - Declaração Universal dos Direitos do Homem, 141
 - Decreto interventivo, 352
 - Decreto legislativo, 744
 - Decreto no 57.654, de 20-1-1966, 50
 - Defensoria Pública, 689
 - Defesa da paz, 22
 - Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, 865
 - estado de defesa e estado de sítio, 865
 - Forças Armadas, 868
 - segurança pública, 870
 - Defesa do meio ambiente, 879
 - Deliberação executiva, 709
 - Deliberação parlamentar, 705
 - Deportação, 117
 - Depositário infiel, 134
 - Desconstitucionalização, 695
 - Descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo poder executivo, 758
 - Desporto, 905
 - Destinação das terras públicas e devolutas, 883
 - Destinatários da proteção, 34
 - Devido processo legal, 118
 - Dia e noite
 - inviolabilidade domiciliar, 61
 - Dignidade da pessoa humana, 18
 - Direito adquirido, 94
 - ato jurídico perfeito e coisa julgada, 94
 - Direito à segurança no emprego, 216
 - Direito à vida, 35
 - Direito de associação, 89
 - caráter paramilitar, 89
 - conteúdo, 90
 - finalidade lícita, 89
 - vedação de interferência estatal, 90
 - Direito de auto-organização, 223
 - Direito de certidão, 202
 - Direito de exercício, 223
 - Direito de greve, 225
 - Vedação absoluta ao exercício do direito de greve aos servidores públicos integrantes das carreiras de segurança pública, 873
 - Direito de independência e autonomia, 223
 - Direito democrático, 223
 - Direito de nacionalidade, 229
 - brasileiro naturalizado, 238
 - brasileiros natos, 231
 - conceito, 229

- critérios de atribuição de nacionalidade originária, 231
- definições relacionadas, 229
- espécies de nacionalidade, 230
- hipóteses de aquisição originária, 231
- opção, 234
- perda do direito de nacionalidade, 247
- tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado, 243
- Direito de petição, 203
 - finalidade, 204
 - histórico e conceito, 203
 - legitimidade ativa e passiva, 204
 - natureza, 203
- Direito de propriedade, 246
- Direito de proteção especial, 223
- Direito de relacionamento ou de filiação, 223
- Direito de réplica, 55
- Direito de resposta, 47, 55
- Direito de reunião, 87
 - autorização da autoridade pública, 88
 - interferência da polícia, 88
 - tutela, 89
- Direito de sufrágio, 252
- Direito de voto, 255, 257
- Direito líquido e certo, 174
- Direitos à intimidade e à própria imagem, 57
- Direitos de defesa, 29
- Direitos de primeira geração, 30
 - direitos de solidariedade ou fraternidade, 30
 - direitos de terceira geração, 30
- Direitos e garantias fundamentais, 29
 - ação penal privada subsidiária, 133
 - apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo Poder Judiciário, 91
 - como direitos de defesa, 29
 - destinatários da proteção, 34
 - devido processo legal, contraditório e ampla defesa, 118
 - direito à vida, 35
 - direito de associação, 89
 - direito de resposta, 55
 - direito de reunião, 87
 - expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, 56
 - extradição, 102
 - finalidade, 29
 - indenização por dano material, moral e à imagem, 54
 - inviolabilidade à intimidade, vida privada, honra e imagem, 57
 - inviolabilidade de dados, 77
 - inviolabilidade domiciliar, 61, 63
 - princípio da presunção de inocência, 132
 - prisão civil, 134
 - provas ilícitas, 125
 - rol exemplificativo, 136
 - sigilo de correspondência e de comunicação, 64
 - tribunal do júri, 97
- Direitos e garantias individuais, 32
 - diferenciação, 32
- Direitos fundamentais
 - classificação, 29
 - econômicos e culturais, 30
 - garantias institucionais, 33
 - primeira geração, 30
 - segunda geração, 30
 - terceira geração, 30
 - direitos fundamentais de segunda geração, 30
- Direitos políticos, 251
 - capacidade eleitoral ativa, 254
 - conceito, 251
 - direito de sufrágio, 252
 - direito de voto, 255
 - elegibilidade, 258
 - língua e símbolos oficiais, 299
 - negativos, 261
 - partidos políticos, 292
 - perda, 283
 - plebiscito e referendo, 257
 - privação, 282
 - suspensão, 285
- Direitos sindicais
 - classificação, 222
- Direitos sociais, 215, 217
 - conceito e abrangência, 215
 - direito à segurança no emprego, 216
 - direito de greve, 225
 - dos servidores públicos civis, 383
 - liberdade de associação profissional ou sindical, 221
- Dirigentes eleitos dos trabalhadores, 223
- Discriminações positivas, 42

Dissolução do casamento, 919
 Distribuição de competências jurisdicionais, 599
 Distribuição de competências, predominância do interesse, 330
 Distrito Federal, 322
 Diversões e espetáculos, regulamentação, 56
 Dívida, 134
 Duplo grau de jurisdição, 93

E

EC no 42, de 19 de dezembro de 2003, 21
 Educação, 898
 cultura e desporto, 898
 objetivos constitucionais, 901
 Efeito integrador, 15
 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade, 810
 Eficácia plena, 12
 Eficácia relativa restringível, 12
 Einrichtungsgarantien, 33
 Elegibilidade, 258
 Emenda, 700
 Emenda Constitucional de Revisão no 3, de 7-6-1994, 247
 Emenda Constitucional no 31, de 14 de dezembro de 2000, 21
 Emendas constitucionais, 713
 Emendas Constitucionais nos 19/98, 41/03, 432
 Ensino
 religioso, 51
 religioso de matrícula facultativa, 52
 Escolha dos membros dos Tribunais Superiores, 593
 Escusa de consciência e serviço militar obrigatório, 50
 Espécies de poder constituinte, 28
 Espécies normativas, 713
 Estabilidade: constituições
 flexíveis, 9
 imutáveis, 9
 rígidas, 9
 semirrígida, 9
 Estado Confessional, 53
 Estado Democrático de Direito, 19
 Estado laico, 49
 Estado leigo, 49
 Estados

 desmembramento, 326
 formação de municípios, 326
 formação dos, 324
 fusão, 325
 subdivisão, 325
 Estados-membros, 305
 Estatuto da Criança e do Adolescente, 35
 Estatuto do Idoso, 924
 Estatuto dos Congressistas, 474
 Exame do DNA, 920
 Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, 56
 Expulsão, 113
 Extensão e finalidade: constituições
 analíticas, 10
 dirigentes, 10
 garantias, 10
 negativas, 10
 sintéticas, 10
 Extradicação, 101
 ativa, 102
 atuação do judiciário, 112
 e comutação da pena de prisão perpétua, 117
 e deportação, 117
 hipóteses constitucionais, 102
 pedido de extensão, 112
 princípio da especialidade, 112
 prisão preventiva, 110
 procedimento e decisão, 107
 requisitos infraconstitucionais, 104
 tráfico ilícito de entorpecentes, 104
 Extradicação e expulsão, 113
 de pessoa casada com brasileiros, 116
 de pessoa com filhos brasileiros, 116
 Extradicação passiva, 108

F

Família, criança, adolescente e idoso, 917
 Filiação, 919
 Filiação partidária, 259
 Fiscalização às entidades de atendimento aos idosos, 924
 Fixação e atualização dos proventos de aposentadoria, 414
 Força normativa da constituição, 15
 Forças Armadas, 868
 Forças Armadas

- e Deputados Federais/Senadores da República, 498
- Fruits of the poisonous tree*, 126
- Fruto da árvore envenenada, 126
- Funções estatais
 - imunidades e garantias em face do princípio da igualdade, 442
 - Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público, 445
- Fundamentos da República Federativa do Brasil, 17
- Fundo de Combate, 21
- Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, 21
- G**
 - Garantia constitucional
 - da liberdade de locomoção, 145
 - Garantia constitucional do sigilo da fonte, 910
 - Garantias do Poder Judiciário, 546
 - Garantias dos sigilos bancário e fiscal, 79
 - Garantias fundamentais, 32
 - Garantias institucionais, 33
 - Garantias jurídico-privadas, 33
 - Grande naturalização, 238
 - Gravação clandestina, 72
 - Gravações lícitas, 72
 - Gravações sub-reptícias, 73
- H**
 - Habeas corpus*, 141
 - conceito e finalidade, 142
 - constitucional prevista para denegação da ordem, 157
 - contra ato da Turma Recursal nos Juizados Especiais Criminais, 155
 - contra ato do juiz especial nos Juizados Especiais Criminais, 156
 - contra ato ilegal imputado a promotor de justiça, 154
 - contra ato único, 152
 - contra ato único ou colegiado de tribunais regionais federais ou estaduais, 152
 - contra coação ilegal atribuída à Turma do Supremo Tribunal Federal, 151
 - e assistente, 150
 - empate, 158
 - excesso de prazo, 151
 - legitimidade ativa, 146
 - legitimidade passiva, 149
 - liberatório ou repressivo, 149
 - natureza jurídica, 145
 - possibilidade de supressão, 150
 - preventivo, 149
 - punições disciplinares militares, 157
 - recursos ordinários, 156
 - Habeas corpus* e recursos ordinários, 156
 - Habeas data*
 - cabimento, 161
 - competência, 167
 - conceito, 159
 - dados sigilosos, 168
 - direito ao conhecimento e à retificação, 166
 - finalidade, 160
 - legitimação ativa, 162
 - natureza jurídica, 160
 - procedimento, 164
 - Habeas data* e dados sigilosos, 168
 - Hierarquia lei complementar e lei ordinária, 720
 - Hipóteses de aquisição originária, 231
 - Homens e mulheres, 39
 - Honra, 58
 - inviolabilidade, 57
- I**
 - Idoso e transporte público, 924
 - Igualdade entre os Estados, 22
 - Igualmente, no âmbito dos Estados, 21
 - Imagem, 58
 - inviolabilidade, 57
 - Impeachment*, 527
 - renúncia e extinção do procedimento de, 533
 - Impetração de mandado de segurança, 175
 - Improbidade administrativa, 399
 - Imunidade do advogado, 688
 - Imunidade formal, 484
 - Imunidade formal em relação à prisão e à imposição das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, 486
 - Imunidades
 - irrenunciabilidade, 498
 - Imunidades materiais, 480
 - Imunidades parlamentares, 479

- Inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, 134
- Incompatibilidades, 499
- Incomunicabilidade da ilicitude da prova ilícita, 126
- Inconstitucionalidade por omissão, 830
- Indenização por dano
à imagem, 54
material, 54
moral, 54
- Independência do Poder Judiciário, 555
- Independência nacional, 22
- Índios, 926
- Indispensabilidade do advogado, 687
- Indivisibilidade, 652
- Inelegibilidade, 261
absoluta, 262
reflexa, 278
relativa, 263
- Inexigibilidade da licitação, 395
- Iniciativa de lei do Ministério Público, 702
- Iniciativa de lei do Poder Judiciário, 698
- Iniciativa de lei para fixação de subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial), 703
- Iniciativa legislativa concorrente, 702
- Iniciativa popular de lei, 703
- Iniciativa privativa do Presidente da República, 699
- Inquérito policial e contraditório, 121
- Institutionnelle Garantien*, 33
- Institutsgarantie*, 33
- Interesse coletivo, 183
- Interesse local, 331
- Interesses difusos, 183
- Interpretação das normas constitucionais, 13
- Intérprete, 14
- Intervenção do Estado no domínio econômico, 880
- Intervenção estadual nos municípios, 353
- Intervenção federal, 349
- Intimidade
inviolabilidade, 57
- Inviolabilidade à intimidade, 57, 86
vida privada, honra e imagem, 57
- Inviolabilidade constitucional, 77
- Inviolabilidade de crença religiosa, 49
- Inviolabilidade de dados, 77
- Inviolabilidade domiciliar, 59
questão do dia e da noite, 61
- Inviolabilidade domiciliar e fisco, 63
- Inviolabilidade parlamentar, 480
- Ius sanguinis*, 236
- ## J
- Juizados Especiais Criminais, *habeas corpus*, 155, 156
- Juizes do trabalho, 616
- Juízo de admissibilidade, 524
- Justeza ou da conformidade funcional, 15
- Justiça Desportiva, 906
- Justiça do Trabalho, 616
- Justiça Eleitoral, 619
competência, 619
- Justiça Estadual, 623
- Justiça Federal, 620
primeira instância, 623
- Justiça Militar, 620
- Justiças especializadas, 97
- ## L
- Legitimação ativa, 162
- Legitimação ativa e passiva, 184
- Legitimação passiva, 175
- Legítima defesa, 128
- Lei complementar e lei ordinária diferenças, 719
- Lei Complementar no 75, 83
- Lei de Prestação do Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório, 51
- Lei nº 4.375, de 17-8-1964, 50
- Lei nº 7.210/84 (Lei das Execuções Penais), 52
- Lei nº 8.239, de 4-10-1991, 50
- Lei nº 9.029, de 13-4-1995, 40
- Lei nº 9.296, de 24-7-1996, 67
- Lei nº 10.628, de 24 de dezembro de 2002, 605
- Lei orgânica municipal, 311
- Leis orçamentárias, 750
- Lesão ou ameaça de direito
acesso à justiça desportiva, 92
acesso ao Judiciário, 92
apreciação pelo Poder Judiciário, 91
duplo grau de jurisdição, 93

- inexistência da jurisdição condicionada, 92
- Liberdade de associação profissional ou sindical, 221
- Liberdade de consciência, 48
- Liberdade de constituição, 222
- Liberdade de expressão e de manifestação de pensamento, 56
- Liberdade de imprensa, 57
- Liberdade de informação, 909
- Liberdade de inscrição, 223
- Liberdade de locomoção, 142
- Liberdade de pensamento, 47
- Liberdade religiosa, 49
- Licitação, 393
- hipóteses excepcionais de ausência de licitação, 394
- Liminar em *habeas corpus*, 149
- Limitações ao livre exercício do culto religioso, 51
- Limitações ao poder reformador, 715
- Língua e símbolos oficiais, 299
- Livre associação sindical e greve, 383
- Livre concorrência, 879
- M**
- Magna Charta, 30
- Mandado de injunção, 188
- competência, 193
- conceito, 189
- decisão e efeitos, 194
- histórico, 188
- legitimidade ativa, 191
- legitimidade passiva, 192
- objeto, 189
- procedimento, 193
- requisitos, 191
- Mandado de segurança, 170
- atos e omissões de tribunais, 179
- cabimento, 171
- competência, 179
- conceito e finalidade, 170
- espécies, 171
- impetrante, 174
- natureza jurídica, 171
- prazo para impetração, 177
- Mandado de segurança coletivo, 182
- associações legitimadas, 185
- beneficiários, 187
- conceito, 182
- finalidade, 182
- individual, 188
- legitimação ativa e passiva, 184
- objeto, 183
- partidos políticos, 185
- sindicatos, 185
- Mandado de segurança contra atos e omissões de tribunais, 179
- Mandado de segurança e liminares, 180
- Mandato parlamentar, 483
- Manifestação de pensamento/informação, 246
- Máxima efetividade ou da eficiência, 15
- Medida provisória e decreto-lei, 736
- Medidas provisórias, 722
- Meio ambiente, 910
- Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios
- e cargo público civil, 430
- e direitos sociais, 431
- Ministério Público, 643
- conceito, 650
- e poder de investigação, 657
- funções, 654
- garantias, 662
- histórico, 643
- origem e desenvolvimento no Brasil, 644
- posicionamento constitucional, 649
- quebra de sigilo, 83
- Tribunais de Contas, 684
- vedações constitucionais, 670
- Ministro de Estado, 498
- Modo de elaboração: constituições
- dogmática, 8
- histórica, 8
- Municípios, 311
- N**
- Nação, 229
- Nacionalidade
- potestativa, 233
- Não intervenção, 22
- Naturalização, 238
- Naturalização
- espécies, 238
- extraordinária, 241

- ordinária, 239
- quinzenária, 241
- tácita, 239
- voluntária, 248
- Norma, 32
- Normas constitucionais
 - aplicabilidade, 11
 - interpretação, 13
 - normas constitucionais de eficácia plena, 11
- Normas constitucionais com eficácia restringível, 12
- Normas constitucionais de eficácia absoluta, 12
- Normas constitucionais de eficácia contida, 11
- Normas constitucionais de eficácia limitada, 11
- Normas constitucionais de eficácia plena, 11
- Normas programáticas, 13
- Normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais, 31
- O**
- Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, 20
- Obrigação alimentícia
 - prisão civil, 134
- Obrigação de testemunhar, parlamentar, 498
- Ordem Econ mica e Financeira, 877
- Ordem social
 - ciência e tecnologia, 906
 - Comunicação Social, 906
 - f milia, crianç a, adolescente e idoso, 917
 -  ndios, 926
 - meio ambiente, 910
- Ordem Social, 889
 - seguridade social, 889
- Organização dos poderes e do Ministério Público, 441
 - Advocacia, 686
 - Advocacia Pública, 686
 - Defensoria Pública, 689
 - Ministério Público, 643
 - Poder Executivo, 508
 - Poder Judiciário, 543
 - Poder Legislativo, 447
 - separação das funções estatais, 441
- Organização político-administrativa, 301
 - intervens o, 348
 - regras, 301
- repartição de competências, 330
- vereadores, 321
- Organizações sindicais internacionais, 223
-  rg os públicos, publicidade, 396
- Origem: constituições
 - outorgadas, 9
 - promulgadas, 9
 - outorga, 27
- P**
- Parlamentar e obrigação de testemunhar, 498
- Partidos políticos, 292
- Paternidade responsável, 920
- Pedido de extradição, 112
- Pensão por morte de servidor público, 416
- Perda do direito de nacionalidade, 247
- Perda do mandato, 500
- Perda dos direitos políticos, 283
- Plano de previdência social, 893
- Plebiscito, 257
- Plenitude de defesa, 98
- Pluralismo político, 19
- Poder constituinte
 - conceito e finalidade, 25
 - espécies, 26
 - originário, 26
 - permanente, 26
 - titularidade, 25
- Poder constituinte derivado, 28
 - características, 28
 - conceito, 28
 - decorrente, 28
 - espécies, 28
 - reformador, 28
- Poder constituinte originário, 26
 - aut nomo, 27
 - características, 27
 - conceito, 26
 - formas de expressão, 26
 - ilimitado, 27
 - incondicionado, 27
 - inicial, 27
- Poder Judiciário, 543
 - autonomia, 548
 - aut nomo, 543
 - e controle externo, 555
 - escolha dos dirigentes dos tribunais, 550

- fixação de subsídios, 584
- funções típicas e atípicas, 546
- garantias, 546
- garantias de imparcialidade, 553
- inamovibilidade, 552
- independência, 544
- irredutibilidade de subsídios, 553
- organização, 582
- Supremo Tribunal Federal e controle externo, 557
- vitaliciedade, 551
- Poder público
 - responsabilidade civil objetiva, 405
- Poder regulamentar do Presidente da República, 518
- Polícia, 870
- Política agrícola, 882
 - e fundiária e da reforma agrária, 882
- Política Agrícola
 - preceitos, 882
- Políticas de desenvolvimento urbano, 882
- Política urbana, 882
- População, 229
- Portaria no 2.681 Cosemi, de 28-7-1992, 51
- Possibilidade de apelação, 98
- Possibilidade de interceptação telefônica, 65
- Povo, 229
- Preceitos de observância obrigatória, 368
 - do funcionalismo, 374
- Predominância do interesse, 330
- Prefeito municipal responsabilidade criminal e política, 317
- Prerrogativa do foro em favor da mulher, 40
- Presidencialismo, 509
- Presidente da República, 511
 - atribuições, 517
 - crimes comuns, 537
 - crimes de responsabilidade, 525
- Prevalência dos direitos humanos, 22
- Previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, 421
- Previdência social
 - e direitos adquiridos, 426
- Princípio da concordância prática, 31
- Princípio da eficiência, 359, 367
- Princípio da harmonização, 31
- Princípio da igualdade, 36
 - ações afirmativas, 42
 - limitação de idade, 38
 - tratamento isonômico entre homens e mulheres, 39
- Princípio da igualdade e limitação de idade em concurso público, 38
- Princípio da igualdade em relação homoafetiva e entidade familiar, 42
- Princípio da impessoalidade, 356
- Princípio da independência ou autonomia funcional, 652
- Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, 303
- Princípio da legalidade, 43, 356
- Princípio da moralidade, 130
- Princípio da moralidade administrativa e provas ilícitas, 130
- Princípio da paternidade responsável, 920
- Princípio da periodicidade, 387
- Princípio da presunção de inocência, 132
- Princípio da Proporcionalidade, 124
- Princípio da publicidade, 130, 131
- Princípio da relatividade, 31
- Princípio da reserva legal, 44
- Princípio das liberdades públicas, 31
- Princípio democrático, 20
- Princípio do juiz natural, 96, 605
- Princípio do promotor natural, 653
- Princípios constitucionais da administração pública, 356
- Princípios constitucionais do ensino, 899
- Princípios constitucionais estabelecidos, 306
- Princípios constitucionais sensíveis, 305
- Princípios da legalidade e da reserva legal, 44
- Princípios de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil, 21
- Princípios do Ministério Público, 651
- Princípios e regras interpretativas das normas constitucionais, 14
- Princípios federais extensíveis, 306
- Princípios gerais da atividade econômica, 878
- Prisão civil, 134
- Prisão preventiva por extradição, 110
- Privação dos direitos políticos, 282
- Privacidade
 - inviolabilidade, 77

- Processo e julgamento, 527
 Processo Legislativo, 693
 classificação, 696
 conceito, 693
 espécies normativas, 713
 fase complementar, 712
 fase constitutiva, 704
 Lei complementar, 719
 noções gerais, 695
 Processo legislativo ordinário, 697
 Procurador-Geral da República, 680
 Procurador-Geral de Justiça, 681
 Professor, aposentadoria, 896
 Promulgação, 712
 Propriedade privada, 879
 Proteção ao meio ambiente, 910
 Protecção dos direitos fundamentais, 33
 Provas derivadas das provas ilícitas, 125
 Provas ilícitas, 122, 125
 Publicação, 712
 Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, 396
- Q**
- Quadro comparativo: estado de defesa e estado de sítio, 866
 Quadro de competência para julgamento de autoridades da República, 627
 Quebra do sigilo por parte do Ministério Público, 83
- R**
- Radicação precoce e curso superior, 242
 Recepção, 695
 Redução das desigualdades regionais e sociais, 879
 Referendo, 257
 Reforma agrária, 882, 884
 Regime de previdência privada de caráter complementar, 896
 Regiões metropolitanas, 310
 Regras constitucionais específicas sobre meio ambiente, 915
 Regras de organização, 301
 Relações familiares, 918
 Relações internacionais, princípios de regência, 21
- Relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos, 31
 Religião e cultura, 51
 Repartição de competência
 repartição em matéria legislativa, 335
 Repartição de competências, 330
 repartição em matéria administrativa, 331
 Representação dos associados, 91
 Repristinação, 695
 República Federativa do Brasil
 cidadania, 18
 dignidade da pessoa humana, 18
 fundamentos, 17
 objetivos fundamentais, 20
 pluralismo político, 19
 princípios de regência das relações internacionais, 21
 soberania, 17
 valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, 19
 Repúdio ao terrorismo e ao racismo, 22
 Requisitos formais, 757
 Requisitos substanciais ou materiais, 758
 Reserva de lei, 45
 Reserva de vagas, 43
 Resolução, 749
 Responsabilidade civil objetiva do Poder Público, 405
 Responsabilidade por dano material, moral ou à imagem, 47
 Rol exemplificativo, 136
- S**
- Salvo-conduto, 149
 Sanção, 701
 Saúde, 891
 diretrizes e preceitos constitucionais, 891
 Saúde do idoso, 922
 Segurança pública, 870
 vedação absoluta ao exercício do direito de greve aos servidores públicos integrantes das carreiras de segurança pública, 870
 Seguridade social, 889
 Senado Federal, 454
 Separação das funções estatais, 441
 Servidores públicos e contribuição previdenciária, 422

Servidor público e mandato eletivo, 408
 Sigilo da defesa nacional, e habeas data, 168
 Sigilo de correspondência e de comunicação, 64
 Sigilo de dados, 86
 Sigilo de votações, 98
 Sigilos bancário e fiscal, 77
 características básicas, 79
 Sistema de cotas, 43
 Sistema financeiro nacional, 885
 Sistema remuneratório do servidor público, 408
 Sistemas de ensino, 902
 Sistema Único de Saúde, 892
 Soberania, 17
 Soberania dos veredictos, 98
 e possibilidade de apelação, 98
 Soberania nacional, 879
 Solução pacífica dos conflitos, 22
 Subsídios do Poder Judiciário, 584
 Sufrágio, 252, 253
 Súmulas vinculantes, 851
 Superior Tribunal de Justiça, 595
 Superior Tribunal Militar, 598
 Supremo Tribunal Federal, 599
 sigilo/Ministério Público, 84
 Suspensão dos direitos políticos, 283
 Sustação do andamento da ação penal, 492

T

Territórios, 323, 429
 Texto integral dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988, 209
 Titular do Poder Constituinte, 25
 Tratamento constitucional da tortura, 46
 Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado, 243
 Tratamento isonômico, 39
 Tribunais de ética, 97
 Tribunais de exceção, 97
 Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: regra do quintoconstitucional, 624
 Tribunais Regionais do Trabalho, 624
 Tribunais Regionais Federais, 624
 Tribunal de Contas, 468
 Tribunal do júri
 competência constitucional, 99

Tribunal do júri, 97
 Tribunal Superior do Trabalho, 597
 Tribunal Superior Eleitoral, 597
 Tutela aos idosos, 921
 Tutela constitucional das liberdades, 141
 ação popular, 205
 Constituição Federal de 1988, 209
 direito de certidão, 202
 direito de petição, 203
 habeas corpus, 141
 habeas data, 159
 mandado de injunção, 188
 mandado de segurança, 170
 mandado de segurança coletivo, 182
 Tutela das crianças e dos adolescentes, 920
 Tutela do direito de reunião, 89

U

União, 304
 competência administrativa, 331
 competência privativa, 331
 competências administrativas, 332
 Unidade da constituição, 14
 Universidades, 901
 Usucapião constitucional de área urbana, 882

V

Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, 19
 Vedações constitucionais de natureza federativa, 328
 Vedações explícitas, 343
 Vedações implícitas, 343
 Vereadores imunidade material, 321
 Veto, 709
 Veto jurídico, 764
 Via de ação direta, 781
 Vice-presidente da República, 519
 Vício de iniciativa, 701
 Violação de domicílio, 62
 Voto
 caracteres, 255
 natureza, 255

W

Writ of injunction, 188